

A semântica de Michel Bréal: uma abordagem baseada no uso

Márcia Sipavicius Seide

Submetido em 03 de maio de 2012.

Aceito para publicação em 12 de junho de 2012.

Publicado em 30 de junho de 2012.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. p. 97-116

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sábado, 30 de junho de 2012

23:59:59

A SEMÂNTICA DE MICHEL BRÉAL: UMA ABORDAGEM BASEADA NO USO

Márcia Sipavicius Seide*

RESUMO: *Este artigo tem por objetivo mostrar que algumas das propostas apresentadas por Michel Bréal em seu Ensaio de Semântica (1992 [1904]) podem ser utilizadas em análises pragmático-cognitivas do uso linguístico. Apresentada uma breve e não exaustiva revisão da literatura recente sobre o estudioso (2002 a 2012), suas propostas são descritas sob o viés pragmático de Nerlich e Clarke (1996). Após uma descrição ainda mais minuciosa dos insights pragmáticos do ensaio, uma análise de usos da conjunção “como” em textos oficiais paranaenses setecentistas e oitocentistas mostra a aplicabilidade deste modelo teórico.*

PALAVRAS-CHAVE: *pragmática; semântica; uso; forma; função.*

1. INTRODUÇÃO

Hoje em dia, a afirmação de que determinada teoria ou metodologia dá primazia ao uso linguístico traz à mente outro conceito que costuma servir-lhe de complemento: o de sistema linguístico. É lugar comum na Linguística a explicação de que Saussure elaborou o par dicotômico língua-fala e definiu, como objeto desta área do conhecimento, o nível da língua, escolha que teve como consequência a primazia dada ao sistema em detrimento do uso. Na contra corrente do chamado corte saussuriano, surgiram, mais tarde, com Benveniste, os estudos voltados para enunciação, os quais se configuraram, anos mais tarde, como uma das correntes da Linguística da Enunciação. Sob o influxo de outra escola, os estudos sobre a linguagem protagonizados por filósofos ingleses e norte-americanos deram origem aos estudos da Pragmática, também privilegiando o uso linguístico e servindo como complemento de investigações desenvolvidas no âmbito da Semântica Formal.

Atualmente, modelos baseados no uso podem remeter a teorias linguísticas enunciativas, a teorias pragmáticas e a enfoques funcionalistas. Em todos os casos, trata-se de abordagens que os historiadores da Linguística costumam caracterizar como pós-estruturalistas. Este modo de contar a história da disciplina parece colocar os estudos do genebrino como o ponto zero da linguística, dificultando a percepção do quanto os modelos linguísticos baseados no uso podem ser devedores de pesquisadores que o precederam. Neste contexto, o objetivo deste artigo é retomar alguns dos estudos do linguista francês Michel Bréal, publicados em seu *Ensaio de Semântica* (1992 [1904]), de modo a mostrar que suas propostas podem contribuir para análises voltadas ao uso linguístico.¹ A primeira seção do artigo dá notícias sobre o que tem sido publicado no Brasil sobre Bréal na última década (2002 a 2012) e mostra que a

* Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), doutora pela Universidade de São Paulo: marciaseda4@hotmail.com

¹ Ao longo desse artigo, são retomadas e aprofundadas investigações levadas a cabo a partir e após elaboração de tese de doutorado (SEIDE, 2006, 2007, 2009 e 2011).

aplicabilidade de suas ideias à investigação dos usos linguísticos não tem sido reconhecida. Feita esta breve revisão da literatura, na seção seguinte, os estudos brealinos são apresentados conforme os estudos pragmáticos de Nerlich e Clarke (1996). É feita, então, uma explicação mais detalhada sobre como Bréal, em seu *Ensaio de Semântica*, dá primazia ao uso linguístico, seção em que são reproduzidas algumas das reflexões apresentadas no II Congresso Internacional de Linguística Histórica realizado na Universidade de São Paulo (SEIDE, 2012). Na última seção do artigo, apresenta-se um exemplo de aplicabilidade deste modelo baseado no uso, resultados que também foram apresentados no já citado evento internacional.

2. BREVE REVISÃO DE LITERATURA RECENTE SOBRE MICHEL BRÉAL (2000 a 2012)

Além das pesquisas por mim desenvolvidas a partir da defesa de minha tese de dissertação (SEIDE, 2006, 2007 e 2009) e das obras nas quais Guimarães cita Michel Bréal (GUIMARÃES, 2002, 2004), podem ser encontrados, por mecanismos de busca eletrônica na Internet, mais de 60 trabalhos publicados no Brasil. A análise de uma amostra desses trabalhos mostra que o estudioso, além de ser estudado por linguistas, também é estudado por pesquisadores das áreas da Ciência da Informação, atrelada à da Biblioteconomia, e da área da Educação.

Anne-Maire Thiesse – da *École Normale Supérieure* de Paris – cita trechos da obra brealina *Quel-ques mots sur l'Instructon publique*, de 1872, em artigo que trata do ensino na França na Terceira República Francesa (THIESSE, 2009). Ana Paula Gomes Mancini, em dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reproduz trecho de um discurso de Rui Barbosa, no qual ele afirma que Bréal é “a grande autoridade cuja competência excepcional impõe-se ao respeito de todo mundo” (BARBOSA, apud MANCINI, 1999, p. 23), e cita um trecho de uma obra brealina que faz parte de sua produção bibliográfica como inspetor de ensino, a qual não é mencionada pelos linguistas que estudam suas obras.

Com relação aos artigos da Ciência da Informação nos quais Bréal é citado, as informações fornecidas são do tipo enciclopédico, nenhuma menção sendo feita sobre suas concepções de linguagem e significado. Em um artigo, há a informação enciclopédica de que Michel Bréal foi o fundador da Semântica, ciência definida como campo da linguística que se preocupa com o significado das palavras (DUARTE, 2010, p. 53); em outro, é fornecida a informação de que Bréal, no século XIX, “sugere o estudo das leis que governam o significado atribuindo-lhe o nome semântica (...) Nesse contexto, a Semântica era uma disciplina diacrônica”(ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 28).

Informações meramente enciclopédicas também são encontradas em artigos da área da Linguística. Em artigo que pretende recuperar o contexto do qual emergiu a linguística saussuriana, há duas menções a Bréal. A primeira informa, em nota de rodapé, a informação enciclopédica de que Saussure fora aluno de Bréal e que este o convidara a lecionar na *École de Hautes Études*, ocupando o cargo entre 1881 e 1891. (CRUZ, 2009, p. 111). A segunda o coloca num grupo de linguistas que inclui Saussure e que tem em comum a defesa de que a Linguística deveria se preocupar com o estabelecimento de princípios que, *a priori*, poderiam descrever uma língua (CRUZ, 2009, p. 112).

Em outra publicação, a referência a Bréal também é igualmente superficial e enciclopédica. Neste artigo, cujo objetivo é verificar se o professor de língua espanhola como língua estrangeira repete o discurso do livro didático ou constitui-se como sujeito da enunciação, o referencial teórico utilizado é o da teoria da enunciação de Benveniste. Neste contexto, a menção a Bréal resume-se à informação enciclopédica segundo a qual ele foi discípulo de Saussure e de Bréal (WERNER, 2007, p. 104). Cumpre informar que, nas referências bibliográficas, não há menção ao estudo enunciativo de Guimarães sobre Bréal.

Também adotando uma abordagem enunciativa, Elichrigoity afirma que Michel Bréal é citado como um filólogo que retomou o estudo do significado na França, recuperando a cultura clássica grega por enfatizar “a filologia, o elemento subjetivo como constitutivo da linguagem, a inscrição do sujeito na linguagem e sua relação com a história na construção do sentido” (ELICHIRIGOITY, 2009, p. 127). Essa leitura de Bréal segue de perto a interpretação que Guimarães faz dos postulados brealinos, embora a autora não tenha citado o linguista brasileiro ao longo do artigo nem referenciado a obra de Bréal nas referências bibliográficas. Também chama atenção o fato de a autora ter descrito Bréal como filólogo e não como linguista.

Em outra publicação, a interpretação de Guimarães é citada e seguida quase literalmente. A autora do artigo objetiva contrastar a Linguística de viés estruturalista proposta a partir de Saussure com a defendida por Eduardo Guimarães e resume tudo que o linguista brasileiro afirmara sobre Bréal na obra *Os limites do sentido*, publicada em 2002 (FERGOLO, 2007, p. 73-84). As citações indiretas ao semanticista seguem de perto o pensamento de Guimarães, o qual utiliza dos postulados brealinos – somente aqueles que são convergentes com a Linguística da Enunciação.

Em artigo sobre as demandas e dificuldades específicas da tradução de obras latinas, a referência a Bréal é indireta, porém, percebe-se uma maior propriedade na utilização de seus postulados. O autor do artigo reproduz trecho de obra de Mounin em que este defende que uma tradução fidedigna só poderia ser feita considerando-se a cultura da língua de partida, não sendo desejável uma tradução meramente estrutural. Para ele, quando se trata de traduzir obras latinas, não se poderia, de modo algum, considerar tão somente a etimologia em detrimento da cultura. É neste ponto da argumentação que surge a referência ao semanticista:

Suponhamos, como disse Michel Bréal, o autor do primeiro tratado de semântica, escrito no final do século XIX, “que para conhecer as magistraturas romanas só contássemos com a etimologia e não com a história dos termos como cônsules (os que tomam assento juntos), praetor (o que caminha na frente), tribunus (o homem da tribo), etc.: nós leríamos os textos latinos, sem entretanto, os compreender” (apud Mounin, 1963, p. 215).

Foram encontrados, na literatura consultada, apenas dois artigos em que os postulados brealinos foram utilizados com propriedade e de primeira mão, ambos escritos pela pesquisadora Maria Marta Furnaletto. No primeiro, a autora investiga a pluralização de nomes abstratos e, em sua análise, mostra a contribuição de Michel Bréal para o entendimento desse fenômeno. São utilizadas a Lei de Espessamento do Sentido e suas propostas de redução formal de termos sem prejuízo do sentido (FURNALETTO, 2003, p. 33-35). No segundo, a autora utiliza com propriedade as propostas brealinas sobre o elemento subjetivo da linguagem como “argumento para a

tese sobre a subjetividade que atravessa ‘um texto argumentativo’, ainda que ele se formule de modo aparentemente neutro, impessoal” (2006, p. 530).

Resumindo, nas publicações recentes da área da Linguística em que há menção a Bréal, na maioria das vezes ela é meramente enciclopédica ou limita-se à leitura enunciativa de seus postulados, sendo raras as vezes em que alguma de suas propostas é de fato utilizada para se descrever algum fenômeno linguístico. Com exceção das investigações por mim desenvolvidas, quase não se informa que as ideias brealinas, por se pautarem no uso linguístico e levarem em consideração o modo como a linguagem é utilizada e compreendida em práticas discursivas, tão caras à Pragmática. Apenas um artigo faz menção a este aspecto de sua obra. Nesse artigo, a autora, com base na obra de Nerlich e Clarke, analisada a seguir, afirma que elementos da pragmática podem ser encontrados em autores “contra o conceito de organismo, como Michel Bréal, na França e William Whitney nos Estados Unidos” (PICCARDI, 2004, p. 340).

Ao que tudo indica, o viés pragmático de suas ideias não tem sido difundido em nosso meio acadêmico. Num trabalho de conclusão de curso, por exemplo, os princípios da Teoria da Relevância, que utiliza uma abordagem pragmática e cognitiva, são utilizados para análise de um filme e há menção a Bréal, porém de um modo empobrecedor, que não reconhece qualquer relação entre suas ideias e a constituição do pensamento pragmático:

A Semântica é uma disciplina relativamente nova dentre os estudos linguísticos, cujo nome – criado no final do século XIX, pelo linguista francês Michel Bréal – originalmente lega o título de ciências das significações. A partir desses estudos, incitou-se a polêmica em torno da noção de significação trazida por Bréal e, posteriormente, da noção de significado (signifié) de Saussure. Como a contribuição de Bréal se enquadrava no escopo da corrente de estudos comparatista, já que se refere às transformações das significações dos vocábulos, ainda estariam por vir metodologias de trabalho que se ocupariam da matéria de forma mais ampla.² (RODRIGUES, 2011, p. 10-11).

Apesar de pouco difundida entre nós, a interpretação pragmática da Semântica Brealina é pertinente e aponta para a possibilidade de suas propostas formarem um modelo baseado no uso, conforme se tentará comprovar ao longo desse artigo. A partir da interpretação pragmática explicitada na seção seguinte, é feita uma descrição mais detalhada dos postulados mencionados. Por fim, apresenta-se um exemplo de aplicação destes postulados para a descrição de alguns usos da conjunção “como” num *corpus* formado por documentos oficiais paranaenses setecentistas e oitocentistas.

A primeira menção a Bréal surge quando os autores se dedicam à fase protoprágmatica na França, que remonta ao século XVII. Os autores comparam a diferença epistemológica entre os estudos de Arnauld e Lancelot, Du Marasais e Condillac, de um lado, e Weil, Bréal e Bally, de outro, àquela existente entre o primeiro e o segundo Wittgenstein, e encontram, nos últimos, predecessores da virada pragmática do filósofo (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 66).

² Esta definição de Bréal como inscrito na corrente linguística comparatista e evolutiva segue de perto o modo como Fernando Belo apresenta-o em *Epistemologia do Sentido*, vol.1, 1991, obra citada nas referências bibliográficas do TCC.

A seguir, de modo esparso, há algumas indicações sobre autores em que Bréal teria se inspirado. Seus estudos sobre a subjetividade da linguagem continuariam as ideias de Henry Weil, estudioso da área de transição à pragmática francesa. Weil foi contemporâneo de Bréal: em 1844, escreveu uma tese sobre a ordem das palavras nas línguas antigas e nas línguas modernas. Em nota de rodapé, os autores explicam que ambos trabalharam pela reforma da educação clássica na França (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 93).

Outro autor mencionado como predecessor de Bréal é Edmund Burke (1729-1797), um dos pesquisadores estudados na fase protopragmática na Inglaterra. Naquela época, Burke já defendia que o significado está relacionado ao uso. Para ele, e também para Bréal e Paulhan na França, Wegener na Alemanha, Stout na Inglaterra e, provavelmente, Whitney e Peirce nos Estados Unidos, “(...) *certain words are sounds that acquire their meaning not because they represent something, but because they are habitually used in certain contexts and absorb their meaning from the contexts in which they are used* (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 98)³. Esta ideia de que o uso contextualizado de uma palavra pode fazê-la adquirir o significado de seu contexto de uso, aliás, também está presente na Lei de Contágio proposta por Bréal, comentada e explicitada na próxima seção desse artigo.

Ainda tratando da protopragmática na Inglaterra, Nerlich e Clarke relacionam Thomas Reid a Bréal. Reid (cujos trabalhos foram reeditados por Grice) foi o primeiro a perceber a existência dos atos de fala. A imperfeição da linguagem, apontada por Bréal como decorrente do fato de o sentido variar conforme o contexto e as pessoas que utilizam a linguagem, foi defendida por Reid como aquilo que possibilita a existência da linguagem, sua sobrevivência e evolução (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 108).

Da descrição da protopragmática na Inglaterra, os autores se voltam para o surgimento dos estudos pragmáticos nos Estados Unidos e informam, entre outras coisas, que as ideias de Bréal foram divulgadas naquele país por intermédio de Lady Wilby. Esta senhora traduziu o Ensaio de Bréal para a língua inglesa e também tinha contatos com Peirce, tendo contribuído para a aproximação entre o pragmatismo europeu *avant la lettre* e o pragmatismo americano que daria origem à pragmática moderna. (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 119)

Após descrever como as correntes linguísticas e filosóficas se amalgamaram no meio acadêmico norte-americano, os autores voltam a tratar do desenvolvimento do pensamento pragmático na Alemanha, onde a linguagem passou a ser vista não mais como algo que teria como função principal o fornecimento de nomes a certas representações mentais internas, mas sim como meio de articulação entre linguagem, pensamento e realidade, já que a comunicação e o diálogo passaram a ser vistos como essenciais para a constituição da linguagem. A defesa desta concepção une, numa mesma corrente, Madvig, Whitney, Wegener, Bréal (que se opunha aos neogramáticos) e, por último, Marty (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 155).

Com relação a Marty, os autores explicam, mais adiante, que sua proposta de Semasiologia Geral segue de perto a concepção utilitarista de linguagem defendida por Bréal, sua defesa de que a função é mais importante que a forma e a busca de leis que

³ “algumas palavras são sons que adquirem seu significado não porque representam algo, mas porque são usados habitualmente em certos contextos e absorvem seu significado do contexto em que são usados.” (tradução da pesquisadora)

dessem conta do modo como os instrumentos linguísticos funcionais são utilizados, aquilo que Bréal chamava de leis intelectuais da linguagem (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 193)

Outro indício de afinidades entre os postulados brealinos e o desenvolvimento do pensamento pragmático na Alemanha é apontado pelos autores um pouco mais adiante, quando descrevem algumas semelhanças entre suas proposta e as de Madvig: ambos insistem na importância da função em detrimento da forma, criticam a importância dada à época à Etimologia, e rejeitam as teorias misticadoras que concebiam a linguagem como um organismo; a abordagem parcialmente sincrônica e estrutural proposta para a Semântica é outro ponto em comum.

Também houve pesquisadores alemães que citavam e compartilhavam o ponto de vista defendido por Bréal. Lazarus é um exemplo. Ele defendia que as palavras sem pensamento, contexto e função, são palavras vazias, já que apenas ficam plenas de significado quando utilizadas num ato comunicativo, já diferenciando o significado no nível do sistema do significado para o falante, o qual depende do uso da palavra num certo contexto e numa situação dada (Lazarus 1884, p. 363 apud NERLICH; CLARKE 1996, p. 167). Conforme informam os autores, esta concepção foi herdada de Bréal e depois adotada por Wegener.

Contemporâneo de Lazarus, Gerber também é apontado como um dos que ajudaram a desenvolver o pensamento pragmático na Alemanha. Para este filósofo da linguagem, como Bréal já havia enfatizado em 1868, é preciso distinguir entre o significado usual das palavras e seu significado ocasional, entre o significado e a coisa pensada, entre o que é dito e o que é significado. Estas constatações, anos depois, seriam feitas por Paul, Gardiner e Grice. (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 170-171).

Antes de passar a tratar do período seguinte, o da Pragmática *avant la lettre*, entre 1923 e pouco depois de 1938, os autores ressaltam que foi o desenvolvimento dos *insights* pragmáticos de Wegener na Alemanha, Bréal na França e Wegener e Malinowski na Inglaterra, que tornou possível o surgimento de um campo de pesquisa cujo nome próprio, “pragmática”, surgiu bem depois, na década de 70 do século passado. (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 176). Feito este destaque, os *insights* pragmáticos de Bréal continuam a ser mencionados, explicitando sua importância para a constituição da Pragmática na Alemanha, na França e na Inglaterra.

À página 244, Nerlich e Clarke fazem uma afirmação que sintetiza as menções esparsas a Bréal ao longo de toda a obra. Considerando tudo o que foi dito sobre os *insights* pragmáticos de Breal e a influência de suas ideias para a constituição da Pragmática na Alemanha, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, chega-se à conclusão de que:

Bréal's theory of language and meaning is thus a cognitive, pragmatic and a dialogical one, taking into account the speaker, the hearer, the intention and the background, factors which all interact to make it possible for the hearer to understand an utterance (...) What Bréal wished to find were the intellectual laws of language [...] that is semantic and pragmatic laws of language (NERLICH; CLARKE, 1996, p. 244) ⁴.

⁴ A teoria de linguagem e de significado de Bréal é, portanto, uma teoria cognitiva, pragmática e dialógica, por levar em conta o falante, o ouvinte, a intenção e o contexto, fatores que interagem para possibilitar que o falante compreenda uma oração. O que Bréal queria encontrar eram as leis intelectuais da linguagem [...], isto é, leis de linguagem semânticas e pragmáticas (tradução da pesquisadora).

São, então, descritas como importantes *insights* pragmáticos:

a) a ênfase posta em descrever o processo pelo qual uma língua é entendida e a defesa de que a constituição do sentido se faz pela atuação da mente e da linguagem;

b) a defesa de que a produção e a compreensão do sentido ocorrem durante a interlocução, mediante ações situadas e contextualizadas como resultado do esforço do falante para ser compreendido e o esforço do ouvinte por descobrir a intenção do falante, atitudes que ajustam a palavra àquilo que se pretende dizer através dela, conforme explica Bréal no capítulo “Como os nomes são dados às coisas”;

c) a defesa do caráter humanitário, utilitarista, pragmático da linguagem, que parte do homem e a ele se endereça, e não um organismo cuja vida seria independente dos seres humanos que a utilizam;

d) a concepção de que é o uso, e não a etimologia, que caracteriza o significado das palavras, de modo que seu significado não está contido no seu uso primeiro, original, etimológico, mas sim no último, como muito mais tarde defenderia Wittgenstein, quando afirma que o significado está na última interpretação (WITTGENSTEIN, 1958, p. 34 apud NERLICH; CLARKE, 1996, p. 245);

e) as críticas feitas ao uso da lógica para o ensino da gramática, como se a linguagem só fosse utilizada para descrever fatos. Longe disso, a linguagem presta-se à expressão do desejo, da vontade; e

f) a análise do elemento subjetivo da linguagem que deu origem à teoria francesa da enunciação, já que, a começar pelos ideólogos, passando por Bréal, Bally e Benveniste, pode-se traçar uma linha de continuidade. Sob outro ponto de vista, os usos da linguagem responsáveis pelo elemento subjetivo da linguagem equivalem aos atos de fala em geral e, especialmente, às forças ilocucionárias (NERLICH, CLARKE 1996, p. 245-248).

Comparando a interpretação de Nerlich e Clarke dos postulados brealinos e as evidências mostradas ao longo da obra sobre sua influência na constituição da pragmática moderna à interpretação proposta por Guimarães, fica claro que ele se preocupou em evidenciar somente o último item. Considerando que a interpretação pragmática do ensaio não é tão difundida entre nós, a seção seguinte descreve mais minuciosamente os *insights* pragmáticos do *Ensaio de Semântica*.

3. DESCRIÇÃO DOS *INSIGHTS* PRAGMÁTICOS DO *ENSAIO DE SEMÂNTICA*

Nesta seção, apresenta-se um recorte dos postulados brealinos divulgados em seu *Ensaio de Semântica*. É importante ressaltar que esta apresentação não corresponde à totalidade de suas propostas, nem a tudo o que foi por ele publicado em vida, haja vista que estudiosos de outras áreas têm se dedicado a outros aspectos de sua obra. Feito este alerta, segue-se a explicitação daquilo que é pertinente ao modo como a Pragmática concebe a linguagem e o significado.

Conforme já enfatizava Bréal e, segundo defendem de modo veemente os adeptos da Pragmática, o homem tem papel ativo no desenvolvimento de toda língua natural e o significado é construído segundo a intenção do usuário do idioma que fala a um ouvinte. Para Bréal, a linguagem é passível de evolução precisamente porque se modifica mediante a colaboração daqueles que a falam, afirmação que hoje em dia é um truísmo, já que se tornou consensual.

Outro tópico caro à Pragmática e a Bréal diz respeito ao caráter utilitarista da linguagem. Os processos que resultam em mudança linguística, argumenta, têm por origem os motivos práticos pelos quais os seres humanos dela se utilizam e estão relacionados ao “fazer-se compreender pelo outro”. Este caráter utilitário é justamente o que impede Bréal de pensar a linguística com uma ciência abstrata: “a ideia de utilidade não poderia, em momento algum, estar ausente” (BRÉAL, 1992 [1904]).

Concebendo o significado como sendo construído durante a interação por ambas as partes do processo comunicativo, Bréal explica que, no caso de mudanças semânticas em nível lexical, elas são causadas pela intenção daquele que fala e pela percepção dessa intenção por parte de quem ouve. Impossível não fazer remissão à importância dada à intenção do falante, aos estudos pragmáticos da linguagem, particularmente aos que se filiam à corrente norte-americana fundada por Charles Peirce, em 1878, a partir da conhecida proposta sobre a relação entre signo, objeto e interpretante na construção do significado.

Entre os conceitos-chave da proposta brealina, cumpre ressaltar os de uso linguístico, interação, objetivos e interesses daqueles que interagem e as percepções mútuas dos interlocutores ao longo da interlocução. Estas constituem o que Bréal chama de “vontade obscura, mas perseverante” (BRÉAL, 1992 [1904]) por parte do falante que deseja ser compreendido. Essa vontade de se comunicar, porém, não é nem consciente, nem refletida, muito menos um fenômeno instintivo. Por conta dessa vontade, o falante cria maneiras diferentes de se expressar e o ouvinte, ao tentar compreender o sentido destas novas maneiras de dizer, também modifica seu conhecimento linguístico. O sucesso ou insucesso parcial dessas tentativas de comunicação, por sua vez, resultam em transformações que afetam as línguas. A importância dada à situação comunicativa de intercâmbio linguístico e ao modo como o significado pretendido pelo falante é percebido pelo ouvinte permitem concluir que a concepção linguística defendida por Bréal seria atualmente caracterizada como pragmática e cognitiva.

Confirma a convergência ora evidenciada o fato de, em um dos artigos incluídos no *Ensaio de Semântica*, Bréal defender, tanto quanto os pragmatistas, que a função e o uso são mais importantes que a forma:

Concluiremos que, em matéria de linguagem, existe uma regra que domina todas as outras. Desde que um signo tenha sido encontrado e adotado para um objeto, ele torna-se adequado ao objeto. Você pode truncá-lo, reduzi-lo materialmente: ele manterá sempre seu valor; com uma condição, todavia, de que o uso que liga o signo ao objeto significado permaneça inalterado (BRÉAL, 1992, [1904], p. 191).

Ainda a respeito da convergência apontada entre as ideias brealinas e aquelas propostas por Peirce, cumpre infomar que, a despeito de não haver qualquer evidência de que Bréal tenha tido contato com os estudos do filósofo norte-americano, ambos enfatizam que é necessário considerar a intenção de quem fala para explicar como se dá o ato comunicativo, posição por eles tomada de modo quase simultâneo do ponto de vista cronológico: o artigo de Peirce foi publicado em 1878 e o artigo em que Bréal apresenta pela primeira vez estes conceitos o foi em 1883, cinco anos depois. Inclusive, o aprofundamento que William James faz das ideias do filósofo confirma a convergência apontada, haja vista a valorização do papel do enunciador para “a pessoa que fala como detentora do próprio significado” (PINTO, 2001, p. 53).

Acrescente-se que, no começo do século passado, precisamente em 1938, Morris compara as propostas de Peirce às de Rudolf Carnap e se entusiasma com as semelhanças detectadas. Carnap havia proposto três campos para os estudos sobre a linguagem: a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática. Seguindo esta divisão, a preocupação de Bréal pela intenção comunicativa do falante situa-o no terceiro campo proposto por Carnap, já que esse campo é “responsável por tratar da relação entre expressões e seus locutores e locutoras” (PINTO, 2001, p. 52).

Conforme acaba de ser evidenciado, os princípios basilares do Pragmatismo americano e da Pragmática dele oriunda convergem com os postulados brealinos. Em ambos os enfoques, dá-se importância ao falante na constituição do sentido, às motivações práticas que norteiam as práticas discursivas e à primazia dada à função e não à forma.

A concepção brealina de determinação do sentido conforme a intenção do falante em contextos interativos fica bem evidente em seu estudo sobre as supostas tendências das palavras, objeto do primeiro capítulo da segunda parte do ensaio. Nesse capítulo, Bréal defende que as mudanças de sentido que se verificam nas palavras não são causadas por alguma qualidade que elas teriam. Tal qual ocorre com uma moeda corrente, compara Bréal, as palavras não apresentam de *per se* valor algum e valem de acordo com o uso: conforme o que se queira dizer através dela, por um lado, e segundo o que se entende por elas, de outro.

Coerentemente com este ponto vista, Bréal explica que algumas palavras têm seu sentido mudado em decorrência de terem sido usadas como eufemismos. Isto ocorre porque o ouvinte percebe o que está sendo evitado quando o falante usa a palavra eufemística no lugar daquela que denota ideias desagradáveis. A recuperação dessas ideias, repetindo-se a cada vez que o eufemismo é utilizado, leva o ouvinte a situar ambas as palavras no mesmo plano. Igualadas a palavra eufemística e àquela que se quis evitar, a primeira passa a designar a ideia que se quis evitar; cria-se, assim, um novo significado para ela. Por este processo, exemplifica Bréal, a palavra latina *periculum* teve seu significado mudado: de experiência, como evento positivo, passou a significar perigo; o adjetivo inglês *silly*, que significava em sua origem, conforme indica seu étimo, “feliz”, “tranquilo” e “inofensivo”, passou a significar “bobo”.

As afinidades existentes entre a proposta de Bréal e modelos baseados no uso, contudo, não estão restritas à corrente norte-americana de investigação. Além de alguns aspectos da Semântica de Bréal serem convergentes com aqueles propostos pela Pragmática Norte-Americana, há também convergência com a corrente de origem francesa para quem “o estudo do uso é absolutamente necessário” (FIORIN, 2002, p. 166).

Conforme se observa pela leitura atenta do Ensaio, a valorização do uso linguístico, de um lado, e a defesa da existência de um elemento subjetivo na linguagem, de outro, são convergentes com as propostas enunciativas benvenistianas. Na terceira parte do Ensaio, há todo um capítulo voltado ao estudo deste tópico. Nesse capítulo, Bréal comprova a existência de um elemento subjetivo na linguagem. Para ele, esse elemento provém da necessidade sentida pelo falante de interferir naquilo que está narrando e pode ser definido como as marcas de sua interferência:

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor

intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas, como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem (BRÉAL, 1992 [1904]).

Os interesses pelos quais o ser humano faz uso da linguagem, explica o linguista, faz do elemento subjetivo a parte essencial da linguagem:

O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada [...] Deve-se começar a ver de que ponto de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 161)

O conceito de elemento subjetivo da linguagem, é preciso ressaltar, pode ser considerado como equivalente ao de enunciado autorreferencial, o qual, de acordo com Fiorín, é caracterizado por fazer referência a si mesmo e não ao mundo extralinguístico: “Certos enunciados não têm por finalidade a designação de um objeto ou um evento do mundo, mas referem-se a si mesmos, ou seja, não têm função referencial, mas auto-referencial” (FIORIN, 2002, p. 167).

Como é fácil observar pelo cotejo das citações, a proposta de haver enunciados específicos para fazer referência ao que se está enunciando coincide, no essencial, com a noção de elemento subjetivo da linguagem, entendido como as interferências ou marcas do falante naquilo que diz, independentemente do que está sendo narrado ou descrito.

Para satisfazer a necessidade do falante de interferir naquilo que está sendo comunicado, continua Bréal, toda língua dispõe de certos recursos que possibilitam ao usuário representar-se naquilo que fala. Esses recursos, comprovadores da existência do elemento subjetivo da linguagem, estão presentes em determinadas palavras, em certas formas gramaticais, nos advérbios de modo, nos termos que a sintaxe tradicional chama de expletivos, nas conjunções, nos modos verbais imperativo e subjuntivo, no tempo futuro, no discurso indireto e nos pronomes pessoais.

Por não fazerem referência à ação expressa numa frase, alguns advérbios de modo revelam o sentimento do narrador em relação ao que narra. Assim, exemplifica Bréal, se, ao noticiar um acidente, o falante diz “felizmente, não houve nenhuma vítima”, o advérbio nada tem a ver com o ocorrido, mas expressa o ponto de vista de quem narra. Analisando a profusão de advérbios de modo utilizados por Platão, Bréal percebe que esses advérbios têm por função possibilitar ao falante a expressão de suas impressões e intenções de modo claro aos seus interlocutores.

Ainda sobre os advérbios de modo, Bréal afirma que os advérbios de modo latinos também expressam o elemento subjetivo da linguagem. O advérbio latino *oppido*, informa, é proveniente do ablativo de um adjetivo que significava “sólido”, “firme”, “certo”. Para que a função desse advérbio seja devidamente analisada, adverte, é imprescindível que se perceba que o advérbio não está modificando o verbo: não se trata de descrever a ação expressa pelo verbo como totalmente acabada, mas, ao contrário, de dar expressão à opinião do falante, como se observa em *oppido interii* e

oppido occidimus (respectivamente, “certamente perdido” e “certamente morremos”) (tradução nossa).

É notável a coincidência entre sua análise dos advérbios e a categoria dos advérbios de enunciação, assim descrita por Fiorín:

Em exemplos como Sinceramente, não gostei de sua atitude; Infelizmente, não posso fazer nada ou Francamente, não vejo como posso ajudá-lo, os advérbios não modificam o verbo, mas qualificam o próprio ato de dizer como sincero, infeliz ou franco. As frases não significam *Não gostei de sua atitude de modo sincero* [...], mas *Dizendo de modo sincero, não gostei de sua atitude; Você desculpe-me pelo que vou dizer, mas não posso fazer nada; Dizendo de maneira franca, não vejo como posso ajudá-lo* (grifos do autor). (FIORÍN, 2002, p. 167).

Considerar que, nos advérbios de modo, pode haver a expressão dum elemento subjetivo da linguagem, enfatiza Bréal, é importante não só para a compreensão das intenções e impressões dos falantes, mas também para uma análise sintática adequada. Para Bréal, uma análise sintática só será lógica e compreensível se os advérbios de modo subjetivos forem distinguidos dos demais tipos de advérbios. A análise feita nas escolas, crítica, tende a desconsiderar o ato de o uso da linguagem escrita sempre estabelecer um diálogo com o leitor:

Uma verdadeira análise lógica, para justificar esse nome, deveria distinguir com cuidado esses dois elementos. [...] A análise lógica, como é praticada nas escolas, foi, às vezes, dificultada por esse elemento subjetivo: ela não viu que todo discurso um pouco vivo pode tomar o caráter de um diálogo com o leitor. (BRÉAL, 1992 [1904]).

Outra classe de palavras na qual o elemento subjetivo pode ser expresso, propõe Bréal, é a classe das conjunções. Ainda que não haja nenhum exemplo ilustrativo, pela explicação fornecida, fica claro que as conjunções se diferenciam das palavras que expressam os fatos e que elas se caracterizam por exigirem, para serem compreendidas, o concurso da inteligência, que decidirá sobre a verdade dos fatos e o encadeamento deles conforme o proposto pelo falante:

Se me ocorre formular um silogismo, as conjunções que marcam os diferentes membros do meu raciocínio dizem respeito à parte subjetiva. Elas fazem apelo ao entendimento, elas o tomam como testemunho da verdade e do encadeamento dos fatos. Elas são, pois, da mesma ordem que as palavras que me servem para expor os próprios fatos. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 237)

A percepção de que o uso das conjunções, longe de se pautar pela lógica, revela como o enunciador deseja encadear suas ideias, converge com a análise enunciativa dos conectores, assim exemplificada por Fiorín:

[...] uso de conectores. Quando se observam os seguintes usos: a) *Pedro pedirá aposentadoria, mas é um segredo*; b) *Você pode vir aqui um pouquinho? Porque estou precisando de ajuda*, nota-se que os conectores *mas* e *porque* não conectam os conteúdos, mas os atos de enunciação. (FIORÍN, 2002, p. 167)

Outro meio linguístico de expressão do elemento subjetivo brevemente apontado por Bréal é o discurso indireto, que transpõe as ações para outro tom. Para ele, quando se usa o discurso indireto, paira certa dúvida em todo o discurso, o que torna o contexto propício ao uso dos modos opinativo e subjuntivo. Se bem não haja qualquer esclarecimento sobre o que provocaria a dúvida a que se refere o linguista, é possível supor que ela provenha de a fala ser reportada não por quem a pronunciou, mas sim por outrem, condição que permite levantar suspeitas sobre o que realmente foi dito.

Após comentar ser muito comum a mistura entre os elementos objetivos e subjetivos da linguagem na gramática das línguas, Bréal esclarece que os primeiros são responsáveis pela “descrição” ou “representação” dos fatos, e os segundos pela expressão dos desejos, impressões e intenções do falante sobre os fatos. Afirma, então, que é nos verbos que essa mistura é mais evidente, para, em seguida, começar a analisar como o elemento subjetivo se faz presente nos modos imperativo e subjuntivo e no tempo futuro.

Dando continuidade à tradição gramatical grega, o linguista parte do princípio de que o modo verbal corresponde a uma disposição de ânimo. Quanto ao modo optativo e ao subjuntivo, o linguista explica que eles marcam o desejo do falante e que, no que se refere à expressão do elemento subjetivo, o tempo futuro é equiparável ao modo subjuntivo, na medida em que afirmar que algo ocorrerá, na maioria das vezes, é expressar desejo, crença ou dúvida de que a ação ocorra. O modo imperativo, por sua vez, nada mais é que a expressão da ação, conforme a vontade de quem fala. Quando se trata de linguagem oral, essa vontade, complementa o semanticista, é também expressa pela fisionomia, pelo tom de voz e pelos gestos.

Sua análise dos tempos verbais apresenta semelhanças tanto com análises pragmáticas quanto com análises enunciativas. Quando analisou o tempo futuro, Bréal percebeu haver, nesse tempo, a expressão da dúvida, do desejo e da crença, característica que aproxima esse tempo do modo subjuntivo. Pinto, com base em Austin, considera que o uso do futuro engloba um ato ilocucionário por meio do qual se faz um misto de afirmação e promessa:

[...] (9) Eu vou estar em casa hoje. Em (9), o ato ilocucionário seria o conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado referencial e predicativo, quer dizer, para efetivar uma proposição que diz alguma coisa sobre “eu”. O ato ilocucionário é a força que o enunciado produz que pode ser de pergunta, de afirmação, de promessa, etc, o que, neste caso de (9), fica diluído entre uma promessa e uma afirmação, dependendo do contexto em que é enunciado. (PINTO, 2001, p. 58)

Do ponto de vista da Linguística da Enunciação, também foram observadas convergências, haja vista as semelhanças encontradas entre a análise brealina e a análise enunciativa dos modos verbais. Em sua análise, Bréal enfatizou que o imperativo expressa a vontade do falante. Nos estudos da enunciação, a “ordem” é estudada enquanto enunciado performativo. Para o linguista, o modo subjuntivo é a expressão da dúvida ou do desejo do falante; nos estudos da enunciação, a expressão do desejo também é um enunciado performativo:

[...] Enunciados performativos: são os que realizam a ação que eles nomeiam. É o caso da promessa, da ordem, do juramento, do desejo, do agradecimento, do pedido de desculpas, etc. A realização da ação depende da enunciação da frase. Em outras palavras, a enunciação faz parte integrante da significação

[...] não há a possibilidade de realizar esses atos, senão enunciando-os. (FIORIN, 2002, p. 167)

Ainda com relação aos verbos, Bréal insiste na importância da noção de pessoa, que, para ele, é a qualidade mais característica e delicada do verbo. Das três pessoas, a que se convencionou chamar de primeira está totalmente dedicada à expressão do caráter subjetivo da linguagem, já que é por meio dela que a individualidade do ser humano contrapõe-se ao mundo. A segunda não é menos subjetiva, pois representa aquele que está em relação à primeira, portanto, apenas a terceira pessoa não se caracteriza pela subjetividade. De modo análogo, a primeira pessoa do plural indica a pessoa que fala e a outra.

Essa análise das pessoas do verbo é extremamente semelhante à proposta por Benveniste, como é fácil perceber comparando-as. A ideia de que a primeira pessoa está contraposta às demais também é defendida por Benveniste quando defende que “Para cada falante, o falar emana dele e retoma a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros” (BENVENISTE, 1989, p. 101). A ideia de que a primeira e a segunda pessoa definem-se mutuamente é outro ponto em comum: “É identificando-se como pessoa única, pronunciando *eu*, que cada um dos locutores se propõe alternadamente como sujeito” (BENVENISTE, 1995 p. 280-281). Por fim, a ideia brealina de que a terceira pessoa corresponde à parte objetiva da linguagem parece ecoar a noção benvenistiana de que a terceira é uma não-pessoa: para ele, o que transcende a relação eu-tu, pertence ao “ele”.

4. UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO MODELO BREALINO PARA ANÁLISE DO USO LINGUÍSTICO

Pautando-se, pois, no uso linguístico e na percepção subjetiva da intenção do enunciador, são analisados, a seguir, alguns usos da conjunção “como” em documentos paranaenses do século XVII ao XX.

Para tanto, trechos de documentos oficiais paranaenses citados por Gonçalves em sua dissertação de mestrado (2009, p. 87-123) foram analisados. Todas as citações feitas a seguir têm por fonte sua dissertação, se bem não seja respeitada a ordem em que são citadas em Gonçalves. Após cada uma, informa-se o número da página onde o trecho pode ser encontrado. É importante ressaltar que as análises aqui apresentadas não têm por objetivo o estudo das mudanças semântico-gramaticais, como é feito, por exemplo, pela hipótese da gramaticalização utilizada pela Linguística Funcional; o que se busca é mostrar empiricamente a aplicabilidade dos postulados brealinos para uma análise do uso linguístico a partir de um viés pragmático e cognitivo⁵.

O *corpus* utilizado de Gonçalves foi formado por 131 Cartas Oficiais emitidas ao Governador do Estado do Paraná entre os séculos XVIII a XIX, 10 primeiras páginas de 20 mensagens enviadas pelo governador ao Congresso Legislativo do Paraná, disponíveis num arquivo público, on-line (2000), entre os séculos XIX e XX e 10 primeiras páginas de 20 relatórios apresentados ao Governador no mesmo período. Importa informar que, enquanto os relatórios e as mensagens são oriundos do Arquivo

⁵ Cumpre esclarecer que os trechos por ela citados são analisados conforme o ponto de vista brealino, análises que não fazem parte de sua dissertação de mestrado.

Público do Paraná (2000), as cartas provêm de publicações fomentadas pelo projeto de pesquisa “Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX” (AGUILERA, V.A.; BARONAS, J.E. 2007, AGUILERA, V.A.; VASCONCELOS, 2007).

Em sua dissertação, Gonçalves analisa 92 orações hipotéticas encontradas em cartas oficiais, 21 em relatórios e 51 em mensagens; deste conjunto, são citadas e analisadas por ela 41, as demais ocorrências também foram analisadas, mas não foram citadas ao longo da dissertação. A análise descrita a seguir foi feita independentemente da dela, salvo menção em contrário.

Os trechos por ela citados foram editados segundo os preceitos filológicos: houve supressão de falhas ortográficas, modernização da ortografia, separação dos vocábulos e realce dos trechos em que a conjunção ou o grupo articulado que a inclui foi utilizado. Em seguida, os trechos foram analisados segundo a abordagem brealina, de acordo com a possível intenção pretendida pelo autor dos documentos. Utilizando este critério, foi possível categorizar nove funções diferentes para os usos da conjunção, quer de modo isolado, quer como fazendo parte de um grupo articulado:

Tabela 1 - Funções da conjunção “como” hipotática no corpus de documentos oficiais do Paraná: século XVII a XX⁶

Nome da função	Ocorrências	Descrição da função utilizada
Função comprobatória A: de afirmações e dados apresentados nos documentos	06	O item ou grupo do qual faz parte é utilizado para comprovar o dito mediante documentos, autoridade legal ou outras autoridades.
Função comprobatória B: de ações realizadas e descritas nos documentos	10	O item ou grupo do qual faz parte é utilizado com a intenção de expressar que as ações descritas foram feitas em conformidade com a lei ou em decorrência delas.
Função coesiva	08	O item ou grupo do qual faz parte é utilizado para retomar informações já dadas ou anunciar informações a serem dadas, isto é, com função anafórica ou catafórica.
Função retórica evidente	05	O item ou grupo do qual faz parte é utilizado para expressar uma opinião do enunciador como se fosse uma causa evidente
Função justificadora	04	O item ou grupo do qual faz parte é utilizado para introduzir uma justificativa
Função de criar cumplicidade	03	O grupo do qual o item faz parte é utilizado para ativar conhecimento partilhado
Função comparativa	02	O item é utilizado para estabelecer comparação
Função consuetudinária	01	O grupo do qual o item faz parte explicita que a ação descrita foi feita conforme o costume
Função descritiva	01	O item é utilizado para informar uma circunstância relacionada à ação descrita.

⁶ Esta tabela não faz parte da dissertação de Gonçalves, foi criada para visualizar os resultados da análise elaborada pela autora deste artigo; a categorização dos usos nas funções nela apresentada também não faz parte de sua dissertação.

Função volitiva	01	O grupo do qual o item faz parte é usado para advertir que as ações descritas não são conformes à vontade do enunciador.
Total de ocorrências	41	

A primeira função do elenco caracteriza-se pela intenção do enunciador de caracterizar suas ações como sendo aquelas determinadas pelo âmbito legal. Em todas as ocorrências, a conjunção é utilizada em conjunto com uma palavra que remete ao campo lexical jurídico, conforme se observa no exemplo a seguir. Nesse exemplo, o enunciador tem a intenção de deixar manifesto que a construção do prédio obedece às exigências legais: (1) “Este vasto prédio contém células em que os condenados se conservaram isolados durante a noite, **como exige o Código Penal (...)**. [Mensagem de 1909]” (GONÇALVES, 2011, p. 112).

Nesta e nas demais ocorrências, a função comprobatória de “como” surge por força de uma associação de ideias pela qual o sentido do contexto se propaga para o da conjunção, associação que Bréal designa pelo termo contágio: “Propus, anteriormente, chamar de contágio um fenômeno que se apresenta com frequência e que tem por efeito comunicar a uma palavra o sentido de seu contexto” (BRÉAL, 1992 [1904], p. 139). Um dos exemplos dados para a aplicação desta lei é o processo pelo qual, na língua latina, a conjunção “si” adquiriu um sentido condicional a partir de seu uso formulaico em invocações e votos. Raciocinando como ele, pode-se afirmar que a função comprobatória não pode ser atribuída apenas à conjunção isolada, mas sim a seu uso em concomitância às palavras do campo lexical jurídico em enunciados que, como um todo, respondem pela preocupação do enunciador em justificar legalmente suas ações.

Buscando comprovar dados e informações apresentados, no exemplo (3), nota-se a função comprobatória do uso da conjunção junto a palavras que denotam documentos, como é o caso do item lexical “certidão”. Ao utilizar esta combinação lexical, percebe-se a função do enunciador em comprovar legalmente aquilo que está sendo asseverado. Outra maneira de comprovar o que se diz é utilizar o dito por uma autoridade constituída, conforme se observa no exemplo (4), em que o enunciador se respalda no que disse o presidente do Piauí. No exemplo (5), por fim, tem-se o clássico exemplo de uso da conjunção conformativa remetendo a uma autoridade. Todos estes usos exemplificam a utilização de “como” em função comprobatória dos dados apresentados no documento.

(2) O mesmo se observa na cabeça desta comarca **como tudo se vê pela certidão** que junto oferece do escrivão dela (Carta de 1704) (GONÇALVES, 2011, p. 93).

(3) Por decreto de 22 de agosto, foi removido para a comarca de Castro o juiz de direito, Felipe Alves de Carvalho, que ainda entrou em exercício, achando-se para isso marcado o prazo de seis meses, **como me comunicou a presidência do Piauí** [relatório de 1864] (GONÇALVES, 2011, p. 105).

(4) Isto seria a supremacia absoluta desse poder, e mesmo a dissolução, pois **como assevera o escritor que citamos**, não haveria paz que resistisse a um tal antagonismo de poderes supremos [mensagem de 1893] (GONÇALVES, 2011, p. 110).

O sentido da conjunção muda consideravelmente quando é utilizada com função coesiva estabelecadora quer de relações anafóricas, quer de relações catafóricas, segundo exemplificam os trechos (5) e (6), a seguir reproduzidos:

(5) Foi **esse, como se vê**, o exercício financeiro do Estado de maior movimento até hoje (...) [Mensagem de 1907] (GONÇALVES, 2011, p. 110)

(6) No período propriamente de minha administração, o número e classificação deles [de crimes ocorridos na província] são **como se segue** (...) [relatório de 1867] (GONÇALVES, 2011, p. 107).

No exemplo (5), antecede a expressão “como se vê” o pronome demonstrativo “esse”, anteposição observada em todas as vezes em que houve estabelecimento de catáfora. Por contágio, a expressão parece enfatizar a catáfora estabelecida, a rigor, pelo pronome. No exemplo (6), e também nas demais ocorrências deste tipo, pronomes demonstrativos não são utilizados, mas sim verbos indicadores de dimensões espaciais, coocorrência motivadora do contágio.

Em ambos os casos, percebe-se a intenção do enunciador em retomar ou enunciar um conjunto de informações, estando totalmente fora da linha de horizonte, quer do enunciador, quer do enunciatário, os valores tradicionalmente atribuídos à conjunção, a saber: conformidade, causalidade ou comparação. Esta observação é importante, pois decorre do posicionamento de Bréal a respeito de como o ser humano processa as informações linguísticas nos casos em que uma palavra que teve seus sentidos multiplicados é utilizada ⁷:

Perguntar-se-á como esses sentidos não se contradizem um ao outro. Mas é preciso atentar que as palavras são colocadas cada vez num meio que lhe determina antecipadamente o valor. Quando vemos o médico assistindo a um doente, ou quando entramos numa farmácia, a palavra *ordonnance* (receita) toma para nós uma cor que faz que não pensemos de modo algum no poder legislativo dos reis de França. Se vemos a palavra *ascension* impressa na porta de um edifício religioso, não nos ocorre a menor lembrança dos aeróstatos, das escaladas de montanha, ou da elevação das estrelas. Não se tem mesmo o trabalho de suprimir os outros sentidos da palavra: esses sentidos não existem para nós, eles não transpõem o limiar de nossa consciência. É assim para a maioria das pessoas, e deve ser assim, a associação das idéias se fazendo em conformidade com o fundo das coisas (...) (BRÉAL, 1992 [1904], p. 104)

A Função Retórica Evidente, por sua vez, tem por característica a intenção do enunciador em caracterizar como evidente algo que, na verdade, é um posicionamento pessoal sobre aquilo que está sendo dito. No trecho 07, por exemplo, pode-se perceber que o enunciador pretende mostrar ao enunciatário que houve melhora na segurança pública em decorrência de a polícia estar mais vigilante e contar com mais recrutas. Aquilo que é o objetivo retórico do enunciador torna-se, mediante a utilização do grupo formado pela conjunção mais verbo epistêmico, algo aparentemente evidente:

⁷ Creio não ser necessário lembrar que Bréal foi o criador do termo “polissemia” para designar a multiplicação de sentido das palavras, conforme dá testemunho o trecho a seguir: “A esse fenômeno de multiplicação [de sentidos] chamaremos a polissemia, de polis “numerosos” e semeión significação.” [as palavras gregas foram transliteradas por mim, estão em grego no original] (BRÉAL, 1992 [1904], p. 103).

(7) A tranquilidade pública não foi alterada, e, se não é tal o estado da segurança individual que inspire ao cidadão a mais completa seguridade, muito tem melhorado, **como é fácil reconhecer**, atendendo-se maior vigilância da polícia, e ao movimento e agitação, que trouxe a necessidade de aumentar o nosso exército pelo recrutamento, e pelas designações da guarda nacional: assim é que uma estatística mais numerosa indicaria aperfeiçoamento dos meios da polícia, e não aumento real de crimes cometidos [relatório de 1866] (GONÇALVES, 2011, p. 106)

Cumpra levar em consideração, também, que, segundo Bréal, o indivíduo sempre se posiciona sobre aquilo que está sendo dito mediante aquilo que ele designa como “o elemento subjetivo da linguagem” (BRÉAL, 1998 [1904], p. 157-162). Defende o semanticista que, para satisfazer a necessidade do enunciador de interferir no que diz, toda língua dispõe de certos recursos que possibilitam ao enunciador representar-se naquilo que fala. Esses recursos comprovam a existência do elemento subjetivo da linguagem e se fazem presentes tanto em palavras nocionais quanto em algumas palavras gramaticais. São analisados por Bréal elementos expletivos, conjunções, advérbios de modo, certos usos do imperativo e do subjuntivo, o tempo futuro, o discurso indireto e os pronomes pessoais. Há uma convergência notável entre a proposta de Bréal e alguns dos fundamentos da linguística enunciativa benvenistiana, afinidades também apontadas por Guimarães, para quem o capítulo do ensaio sobre o elemento subjetivo da linguagem “é decisivo para se encontrar o fio da história dos estudos da enunciação no nosso século” (GUIMARÃES, 1992, p. 15).

Quase tão frequente quanto a Função Retórica Evidente é a Função Justificadora, com a qual o enunciador introduz uma justificativa para os seus atos. No exemplo (08), a necessidade de descrever, detalhadamente e com documentos comprobatórios, certas ações ocorridas na vila é justificada pelo fato de eles irem de encontro às prescrições em vigor: (8) “Mais **como este procedimento é contra, em parte, o disposto que há sobre este particular**, nos pareceu dar a vossa ilustríssima de tudo conta (...)” [carta de 1743] (GONÇALVES, 2011, p. 91).

Outra função observada foi a de criar cumplicidade; neste uso, o enunciador se dirige ao enunciatário pela segunda pessoa do discurso num simulacro de identificação que torna o destinatário cúmplice do destinador, conforme se observa no exemplo (9): (9) “O nosso sistema de impostos, **como sabeis**, repousa no valor oficial do produto tributado, e, conseqüentemente, a variabilidade desse valor não influi no resultado da nossa receita.” [mensagem de 1897] (GONÇALVES, 2011, p. 109).

O trecho (10), a seguir reproduzido, é um exemplo de função comparativa de “como”: (10) “(...) o rocio pode alargar-se, **como acaba de suceder à Palmeira (...)**”. (Relatório de 1855) (GONÇALVES, 2011, p. 107).

Foi observado também um uso de “como” em conjunto com as palavras “uso” e/ou “costume”. No exemplo (11), reproduzido a seguir, o enunciador tem a intenção de justificar suas ações pelo fato de elas estarem conforme o que se costuma fazer nas situações relatadas. Sua argumentação apela para normas consuetudinárias, motivo pelo qual a conjunção recobra por contágio com as palavras “uso” e “costume” e, segundo a intenção de quem enuncia, uma função consuetudinária: (11) “o requerimento de sua majestade fidelíssima (...) determina se lhes satisfaça a cada um trezentos e sessenta réis **como é uso e costume** e o mesmo se observa na cabeça desta comarca” (...) [Carta de 1704] (GONÇALVES, 2011, p. 98).

No exemplo 12, a conjunção apresenta função descritiva, percebe-se que a intenção do enunciador é informar de que modo foi verificado que o sargento mor não estava se desincumbido a contento de suas atribuições: (12) “(...) este oficial excelentíssimo senhor não é criador, antes destruidor da paz e amotinador do povo **como experimentamos no tempo que ele comandou esta terra (...)**” [Carta de 1803] (GONÇALVES, 2011, p. 103).

No exemplo 13, por fim, há um contágio da palavra “desejo” para a conjunção, resultando numa função volitiva: (13) “Limitado, como vêdes, é o período da minha administração; e, pois, não poderei apresentar-vos, **como era desejo meu**, um relatório completo do estado da província (...)” (GONÇALVES, 2011, p. 104).

Com base nos pressupostos brealinos, foram analisados os usos de “como” de acordo com a percepção sobre qual seria a intenção do enunciador e com a lei do contágio. As funções assim estabelecidas e ora analisadas mostram como se multiplicaram os sentidos que a conjunção pode ter, multiplicação que se torna mais notável quando se retoma a acepção exclusivamente adverbial do étimo latino: *quomodo*, nada mais era que um advérbio que significava, no latim clássico, “como, de que modo, da maneira que” (TORRINHA 1945, p. 724). Retomando a concepção brealina sobre a polissemia, é necessário fazer a seguinte ressalva: para ele, a polissemia ocorre no nível sistêmico, como consequência do uso linguístico, mas não estaria presente na consciência dos usuários do idioma enquanto estão engajados em suas práticas discursivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise não teve o propósito de esgotar o tema, mas sim de servir de evidência da aplicabilidade dos postulados brealinos na descrição de fenômenos linguísticos, a partir da função que a linguagem é chamada a desempenhar conforme as necessidades do falante e de acordo com a percepção que o ouvinte tem a respeito daquilo que lhe é dito. Trata-se de um enfoque que, hoje em dia, seria caracterizado como pragmático e cognitivo. Esta visão pragmática dos estudos do semanticista francês, se bem pouco difundida na literatura consultada, foi fundamentada nos estudos de Clarke e Nerlich (1996) e na análise minuciosa de seu ensaio (SEIDE, 2006).

Outros exemplos de aplicação de seus postulados podem ser encontrados em outros escassos artigos. Em 2003, sai a lume um artigo de Furnaletto que investiga a pluralização de nomes abstratos. Em sua análise, a autora evidencia a contribuição de Michel Bréal para o entendimento desse fenômeno. São utilizadas a Lei de Espessamento do Sentido e suas propostas de redução formal de termos sem prejuízo do sentido (FURNALETTO, 2003, p. 33-35). Três anos mais tarde, a pesquisadora publica outro artigo em que utiliza com propriedade as propostas brealinas sobre o elemento subjetivo da linguagem como “argumento para a tese sobre a subjetividade que atravessa ‘um texto argumentativo’, ainda que ele se formule de modo aparentemente neutro, impessoal” (2006, p. 530). Em 2007, foi publicado um artigo de minha autoria em que analiso o eufemismo, a ironia, o sentido pejorativo das palavras e as metáforas em dois textos jornalísticos opinativos, evidenciando as convergências entre os estudos pragmáticos e os brealinos.

Considerando a escassez de estudos aplicados das propostas brealinas e a pouca divulgação de que suas ideias foram importantes para a constituição e desenvolvimento

da Pragmática, espera-se que esse artigo tenha conseguido evidenciar que seus postulados podem contribuir para análises do uso linguístico que seguem abordagens pragmáticas e cognitivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauricio Barcellos; SOUZA, Renato Rocha. Avaliação do espectro semântico de instrumentos para a organização de informação. Florianópolis, *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. v. 16, n.31, p.25-50, 2011.
- BELLO, Fernando. *A epistemologia do sentido. v l. Entre filosofia e poesia, a questão semântica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile. *Problema de Linguística Geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Campinas: Pontes, 1995.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Tradução F.Aída et al. São Paulo: Fontes/Educ, 1992 [1904].
- BRÉAL, Michel. *Quel-ques mots sur l'Instruction publique*. Paris: Hachette, 1872.
- CRUZ, Marcio Alexandre. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. *Alfa*, São José do Rio Preto, São Paulo, 53, (1), p. 107-126, 2009.
- DIAS, Stéphane Rodrigues. *Inferências Linguísticas e imagéticas em interface no discurso cinematográfico: uma abordagem semântico-pragmática à luz da teoria da relevância*, 2008 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- DUARTE, Elizabeth Andrade. Classificação facetada: um olhar sobre a construção de estruturas semânticas. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas v.7, n.2, p.46-58, 2010.
- ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. As vozes da argumentação *Bakhtiniana Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v.01, n.2, p.125-142, 2009.
- FERGOLO, Juciane. A língua enquanto sistema e a língua enquanto produção de sentidos para o sujeito. *Raído*. Dourados, MS, v.03 n.06, p. 73-84, 2009.
- FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: *Introdução à Linguística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002, p.165-186.
- FURLANETTO, Maria Marta. Pluralização de “nomes abstratos”: um caso de concordância semântica? *Uniletras* Ponta Grossa, PR, v. 25, n.1, p.25-48, 2003.
- FURLANETTO, Maria Marta. Argumentação e subjetividade no gênero: o papel dos topoi. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão v.6, n.3, p.519-546, 2006.
- GONÇALVES, Bianca de. *Um estudo funcionalista sobre a hipotaxe adverbial causal e a hipotaxe adverbial conformativa em textos oficiais do Paraná, produzidos entre os séculos XVII a XX, 2011*, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. (Mestrado em Letras, sob orientação de Ana Cristina J.Hintze).
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.
- MANCINI, Ana Paula Gomes. *Concursos Públicos para admissão de professores no município da corte: 1876-1886*. UFMS, Campo Grande-MS. Dissertação (Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) orientada por Sandino Hoff.

- NERLICH, Brigitte; CLARKE, David D. *Language, Action, and Context: The early history of pragmatics in Europe and America, 1780-1930*. Amsterdã/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996.
- PINTO, Joana Plaza. "Pragmática" In: *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, 2.e. São Paulo: Cortez, 2001, v.2, p.47-68.
- PICCARDI, Tatiana. O estudo do sentido no Brasil: a língua em uso como critério de análise. *Filologia Linguística Portuguesa*, São Paulo, n.6, p.331-356, 2004.
- QUERIQUELLI, Luiz Henrique. As teorias da tradução e a tradução do Latim. *Scientia Traductionis*. Florianópolis, SC, n.05, p.1-12, 2007.
- SEIDE, Márcia Sipavicius. *A Semântica de Michél Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação*. FFLCH-USP, SP, 2006 Tese (Doutorado em Letras) sob orientação de Guiomar Fanganiello Calçada.
- SEIDE, Márcia Sipavicius. Contribuições de Michel Bréal para a Pragmática e para a Semântica Lexical. *Revista do GEL*, Araraquara, n.4, p.55-81, 2007.
- SEIDE, Márcia Sipavicius. Contribuições de Michel Bréal para o estudo da mudança semântico-gramatical. *II Simpósio Internacional de Linguística Histórica*. USP, fev.2012 [comunicação oral].
- THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República Francesa. *Educação*. Santa Maria, RS, v.34, n.1.p.13-28 2009.
- TORRINHA, Franciso. *Dicionário Latino-Português*, 3 ed. Porto, Portugal: Maranus, 1945.
- WERNER, Kelly Cristini Granzotto. As representações do sujeito professor no manual didático de língua espanhola: uma leitura enunciativa. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, SC,v.7, n.1 p.101-127, jan/abr de 2007.

Recebido em 03/05/2012

Aceito em 12/06/2012

Versão revisada recebida em 15/06/2012

Publicado em 30/06/2012

MICHEL BRÉAL'S SEMANTICS: AN USAGE BASED APPROACH

ABSTRACT: *The aim of this paper is to show that some of Bréal's proposals at his "Essai de Semantique" (Semantics Essay) might be used to investigate usage in a pragmatic and cognitive approach. A brief not comprehensive review of recent literature on the subject is presented. Then, Nerlich and Clarke's pragmatic view on Bréal's works is described. After a more detailed exposition of Bréal's pragmatics insights, an analysis of usages of the conjunction 'como' (as) in official texts of the brazilian state of Paraná dated from the XVIII and XIX centuries is proposed in order to evidence the applicability of Bréal's usage based theory.*

KEYWORDS: *Pragmatics; Semantics; usage; form; function.*